

16 de Julho de 2018

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

ISTOE **Dinheiro**

UMA LUZ PARA A MINERAÇÃO

Depois de enfrentar um longo ciclo de problemas, o setor começa a receber investimentos para diversificar sua produção. O lítio, matéria-prima de baterias, está entre as maiores apostas

Nos últimos anos, a indústria brasileira da mineração produziu, com desenvoltura, más notícias e prejuízos. O trágico rompimento da barragem da Samarco, na cidade mineira de Mariana, o vazamento nas tubulações do mineroduto da Anglo American, em Santo Antônio da Gramma (MG), e a contaminação de rios causada pela negligência da Hydro Alunorte, em Bacarena, no Pará, foram apenas algumas das polêmicas que atingiram uma das mais importantes atividades brasileiras. Entre 2011 e 2016, o faturamento do setor, responsável atualmente por 16,7% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, despencou de US\$ 53 bilhões para US\$ 24 bilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). No ano passado, puxado pelo reaquecimento da economia mundial, as receitas reagiram para US\$ 32 bilhões, e devem fechar este ano próximo a US\$ 34 bilhões, cifras ainda distantes dos tempos áureos. “Houve muita dificuldade no desenvolvimento de projetos e muitos deles não mostram ter viabilidade econômica”, diz Cristiano Monteiro, diretor do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra).

Existem, no entanto, algumas luzes no horizonte da mineração brasileira. Uma delas, comparável por alguns especialistas como a nova corrida do ouro, é a expansão da produção de lítio, matéria-prima para a indústria de componentes eletrônicos e baterias, como smartphones, tablets e carros elétricos. Somente neste ano, pouco mais de R\$ 1 bilhão serão destinados a projetos de instalação de fábricas de processamento do metal em Minas Gerais. “Está ocorrendo uma corrida maluca pelo lítio no mercado mundial, o que tem levado o preço às alturas e a um aumento do interesse de investidores nessa atividade mineral”, afirma Edmilson da Costa, coordenador de geologia e mineração do Ibram. O valor, que passa de US\$ 30 mil a tonelada, subiu 216% em oito anos. “As reservas brasileiras, todas subterrâneas, têm mostrado boa qualidade e com potencial gigantesco de aumento da produtividade.”

Na liderança dessa corrida estão empresas como as brasileiras AMG Mineração, Companhia Brasileira de Lítio (CBL) e Sigma, com capital aberto na bolsa de Toronto, no Canadá, além da espanhola Emerita Resources. “Vamos investir R\$ 300 milhões até o fim de 2019 para iniciar nossa atividade comercial com força máxima no começo de 2020”, diz o presidente da Sigma, Itamar Resende. A empresa possui uma

área de 18 mil hectares, onde foram encontradas 200 reservas de lítio. “Estamos animados com as perspectivas porque a demanda por lítio é um caso irreversível diante de uma indústria que está caminhando para a eletrificação dos automóveis”, afirma o executivo. Já a AMG Mineração está construindo no município mineiro de Nazareno uma unidade de concentração de espodumênio e tântalo, minérios que contêm lítio em sua composição. Segundo o presidente, Fabiano Costa, a meta é produzir 90 mil toneladas de concentrado neste ano, dobrando o volume em 2020 com a construção de uma segunda unidade. “A diversificação do nosso portfólio garantirá uma operação altamente eficiente sob a perspectiva de custo e produtividade, o que contribuirá de forma determinante na sustentabilidade do nosso negócio aqui no Brasil.”

O potencial do lítio no Brasil cresce na medida em que avançam também as sondagens geológicas. Um estudo recente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), do Serviço Geológico do Brasil, revelou novas reservas de lítio no Vale do Jequitinhonha, no Nordeste de Minas Gerais, com alto potencial de exploração econômica. A pesquisa, que teve início em 2012, fez um mapeamento de reservas do metal em solo brasileiro. Foram localizados 45 grandes depósitos de lítio associado a pegmatito, um tipo de rocha muito comum em Minas Gerais. Os estudos também avaliaram lugares que já têm sido explorados e verificaram que existe potencial para aumentar significativamente a produção nessas regiões. Segundo o presidente da CPRM, Eduardo Jorge Ledsham, a descoberta de novos depósitos em Minas é desafiadora. “Além dos salares, a principal fonte de lítio em todo o mundo, o pegmatito tem se mostrado uma fonte importante de lítio de qualidade”, afirma. O metal também é base para utilização na indústria de vidro, cerâmica e até medicamentos.

Com essas descobertas mais recentes, o País tem potencial para multiplicar por 20 vezes suas reservas comprovadas. Hoje, o País tem 0,4% das reservas de lítio do mundo. A estimativa é que, em 2019, já responda por 8%, tornando-se o quinto país no ranking de reservas mundiais. Hoje, o Brasil produz 1% do mineral em uso no mundo, o que equivalente a 48 mil toneladas. Argentina, Austrália, Chile e Bolívia respondem, juntos, por aproximadamente 70% das reservas conhecidas de lítio do planeta, estimadas em mais de 13 milhões de toneladas, segundo dados da CPRM. O valor do metal, apelidado de “petróleo branco”, tende a subir com a demanda. O valor de mercado total do lítio no mundo deve aumentar para US\$ 43 bilhões já em 2020, segundo a consultoria americana Market Research.

Fonte: Isto É Dinheiro

Autor: Hugo Cilo

Data: 13/07/2018



OS ENTRAVES AO LICENCIAMENTO

O licenciamento ambiental continua sendo um dos principais desafios enfrentados pelas empresas para implantar empreendimentos de mineração e não raro é um dos principais motivos dos atrasos que ocorrem nos cronogramas traçados para os projetos, devido à morosidade na tramitação dos processos.

É o caso de se perguntar: por que o processo de licenciamento ambiental no País é tão moroso, mesmo em casos de empreendimentos de porte menor, em que o impacto ambiental é reduzido? E por que o licenciamento precisa ocorrer por etapas, ou seja, primeiro se concede a Licença Prévia (LP), em seguida a Licença de Instalação (LI) e, por fim, a Licença de Operação (LO)?

Como se sabe, a maioria dos pedidos de licenciamento ambiental são acompanhados de um EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental), nos quais são detalhados os impactos ambientais significativos que serão gerados pelo empreendimento e as medidas que serão adotadas para se mitigar os impactos previstos. Tais estudos precisam ser elaborados por técnicos capacitados e credenciados, que assumem a responsabilidade pelas informações que prestam e que se pressupõe serem verdadeiras. Se não forem, eles deveriam estar sujeitos a sanções legais, assim como a empresa que contrata o EIA/RIMA.

Como o EIA/RIMA precisa ser analisado em detalhe pelo órgão ambiental que deve emitir a licença (regional ou federal, dependendo da extensão do impacto ambiental), isto gera uma demanda enorme para o pessoal técnico desses órgãos. E aqui reside um dos motivos da morosidade. A quantidade de pedidos geralmente é incompatível com o número de servidores capacitados tecnicamente para fazer as análises. Então os processos se acumulam. Além disso, como sabem que serão responsabilizados caso aprove algum licenciamento ambiental que possa apresentar problemas no futuro, eles ficam receosos de dar o seu parecer positivo à liberação do empreendimento ou às vezes exageram nas condicionantes que impõem.

Outro motivo da morosidade é que o corpo técnico dos órgãos ambientais, que já é deficiente em termos de quantidade, ainda tem que se haver com análises da documentação burocrática que acompanham os processos. Neste sentido, consideramos bastante positiva a iniciativa adotada no estado de Goiás, de transferir a análise dessa documentação burocrática para a Junta Comercial. Outro passo importante é a informatização dos procedimentos de tramitação e análise, permitindo que várias etapas sejam realizadas via internet. Seria desejável que tais iniciativas fossem disseminadas pelo País.

Uma outra iniciativa que contribuiria para agilizar os processos de licenciamento seria uma clara distinção dos empreendimentos, conforme porte e tipo de impacto ambiental gerado e uma descentralização da análise e aprovação. Por exemplo, passando-se aos municípios a atribuição de licenciar empreendimentos para lavra de minerais da Classe II (areia, argila e cascalho). Mas o que de fato poderia reduzir os prazos para o processo de licenciamento ambiental seria a análise e concessão em uma única etapa. Ou seja, ao invés de se conceder ou negar uma LP, LI ou LO, se concederia a Licença Ambiental (LA), com todas as condicionantes e compensações que se julgar necessárias, inclusive para que o empreendedor possa ter maior clareza sobre a viabilidade ambiental do seu empreendimento. Na verdade, ao nosso ver, seria interessante que se pudesse evoluir para um outro conceito, o de Licenciamento Socioambiental (LSA), mais abrangente, que analisaria os impactos (negativos e positivos) do empreendimento não se atendo apenas à fauna, flora e biodiversidade, mas também às pessoas que vivem naquele ambiente.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Maio/Junho 2018 – Ano XXXV nº 381



PORTARIAS DE LAVRA PUBLICADAS NO 1º SEMESTRE MAIS QUE DOBRAM

A Agência Nacional de Mineração (ANM) emitiu, no primeiro semestre deste ano, 145 portarias de lavra, um crescimento de quase 120% em comparação com o período de janeiro a junho de 2017, quando foram publicadas 66 portarias. O número publicado até o mês passado corresponde a 70% do total de 2017, que foi de 206 portarias de lavra

Segundo dados da agência reguladora, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), apenas no mês de junho foram publicadas 83 portarias de lavra, mais do que o volume de cada mês deste ano e de 2017. Em junho de 2017 foram publicadas apenas 8 portarias de lavra.

No primeiro semestre, a superintendência de São Paulo foi a que teve mais portarias de lavra publicadas, 32, correspondendo a 22% do total até junho. A segunda superintendência com mais portarias de lavra é a de Goiás, com 23, e a terceira a da Bahia, com 14. Das 25 superintendências, três não tiveram nenhuma portaria publicada no primeiro semestre: Roraima, Alagoas e Amapá.

De acordo com a ANM, que assumiu as funções do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), neste ano ainda não foram registradas novas áreas disponíveis. No ano passado, apenas no mês de junho duas áreas disponíveis foram registradas.

O número de alvarás emitidos de janeiro a junho é de 5.149, sendo 1.520 no mês passado. Nos seis primeiros meses de 2017, a ANM emitiu 5.636 alvarás, ou seja, neste semestre foi registrada uma retração de 4% nesse quesito.

Ao todo foram aprovados 812 relatórios de pesquisa no primeiro semestre deste ano, sendo 143 em junho. Na comparação com o período de janeiro a junho do ano passado, quando foram aprovados 681 relatórios de pesquisa, houve avanço de 19,2%. Os relatórios de pesquisa negados no acumulado deste ano somam 1.811.

Foram aprovadas, no primeiro semestre, 1.042 cessões de direitos, das quais 194 foram em junho. De janeiro a junho do ano passado haviam sido aprovadas 1.996 cessões de direitos. O número de cessões de direitos negadas no acumulado deste ano é de 98.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 06/07/2018



GOVERNO CONCEDE LICENÇA AMBIENTAL PARA RECONSTRUIR BENTO RODRIGUES, EM MARIANA

Documento vai ser entregue oficialmente nesta quinta-feira à Fundação Renova. Segundo Semad, edificação do novo Bento Rodrigues pode ser iniciada

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) de Minas Gerais concedeu licença ambiental para reconstruir Bento Rodrigues, o distrito de Mariana destruído pelo

rompimento da barragem de Fundão, que pertence à mineradora Samarco. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (5).

De acordo com a secretaria, a partir de agora, a Fundação Renova pode começar o reassentamento do novo distrito. A área licenciada é conhecida como Lavoura e tem 100 hectares.

Em novembro de 2015, um volume de 43,7 milhões de m³ de lama vazaram da barragem, na Região Central de Minas Gerais. O desastre deixou 19 mortos. Segundo a Renova, ao todo, 207 construções foram atingidas em Bento Rodrigues e 225 famílias perderam suas moradias.

A autorização dada pela Semad inclui três tipos de licença, denominadas prévia, de instalação e operação. Conforme o governo, em cada etapa podem ser acrescentadas condicionantes com ações de compensação ambiental pela Renova.

Procurada pelo G1, a fundação ainda não confirmou se a entidade teve acesso aos documentos. Segundo a Renova, o pedido foi protocolado no dia 23 de maio e considera que o reassentamento vai ocupar 98 hectares.

"Para a aprovação do projeto urbanístico e emissão da anuência prévia quanto ao parcelamento do solo, o projeto de engenharia está em análise pela Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir). O início das obras de infraestrutura do novo distrito, como pavimentação, drenagem, redes de esgoto, distribuição de água e de energia agora depende da anuência da Secir e da emissão do alvará de construção pela Prefeitura de Mariana", disse a entidade em nota.

A fundação foi criada mediante acordo entre União, estados e a mineradora Samarco – controlada pela Vale e pela BHP Billiton – para reparar os danos do rompimento da barragem.

De acordo com a entidade, as primeiras casas devem ficar prontas no ano que vem. A BHP emitiu nota dizendo que recebeu a notícia com satisfação e que continuará apoiando o trabalho da fundação nas obras e no reassentamento dos moradores.

Quase um 'Pão de Açúcar'

Em novembro de 2015, 43,7 milhões de m³ de lama vazaram da barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais. O volume equivale a quase um "Pão de Açúcar", cartão-postal do Rio de Janeiro. A comparação foi feita pelo presidente da Fundação Renova, Roberto Waack.

Segundo a Fundação Renova, a barragem de Fundão abrigava cerca de 56,6 milhões de m³ de lama de rejeito. Desse total, 43,7 milhões m³ vazaram. Uma parte – 4,5 milhões de m³ – ficou retida na área da Samarco. Os outros 39,2 milhões de m³ mataram 19 pessoas, atingiram os afluentes e o próprio Rio Doce, destruíram distritos e deixaram milhares de moradores da região sem água e sem trabalho.

Fonte: G1

Autor: Flávia Cristini

Data: 05/07/2018



NOVA EQUIPE ASSUME NA SERRA VERDE

A Serra Verde Pesquisa e Mineração Ltda., o empreendimento de maior êxito da Mining Ventures Brasil, um projeto controlado pela Denham Capital, deu início aos primeiros passos para o desenvolvimento e construção de seu projeto de Terras Raras em argilas iônicas, o primeiro depósito deste tipo descoberto nas Américas.

Localizado no tradicional distrito mineiro de Minaçu, situado no extremo no Norte de Goiás, o Projeto Serra Verde possui um gigantesco depósito de classe mundial de terras raras em argila iônica, similar aos depósitos conhecidos no sul da China, os quais respondem por mais de 65% do suprimento mundial de terras raras.

O Projeto Serra verde compreende cerca de 60 mil hectares de direitos minerários, onde apenas em sua porção sul (cerca de 18% da área total), já foram confirmados recursos de mais de 1,3 bilhão de toneladas de minério com teor médio de 0,15% de óxido de terras raras totais (TREO) dos quais 911 milhões de toneladas estão certificadas segundo as normas internacionalmente aceitas (NI 43-101).

Como os trabalhos exploratórios já permitem assegurar recursos econômicos suficientes para sustentar a implantação e um projeto de classe mundial -- o qual, inclusive, já recebeu a Licença Prévia ambiental, em setembro de 2017 -- a companhia resolveu reestruturar sua equipe de gestão, reforçando o seu bem-sucedido time de exploração e desenvolvimento de processo com profissionais alto nível, com expertise internacionalmente conhecida no desenvolvimento de projetos e na comercialização de terras raras.

A nova equipe é liderada pelo engenheiro Eric Noyrez, ex-CEO da Lynas e ex-diretor de terras Raras da Rhodia. Na condição de novo CEO da Serra Verde, Eric é responsável pela estratégia de negócios, além da administração geral da companhia. A implementação do projeto está a cargo do novo diretor de operações (COO), o engenheiro José Carlos Guedes Rosado, um experiente profissional brasileiro, que foi responsável pela construção das unidades da segunda fase do projeto da Lynas, na Austrália e na Malásia, além de vários projetos da Rhodia em diversos países, incluindo a China. A área comercial foi reforçada com a vinda de Michael Zhu (CCO- Diretor Comercial), ex-gerente geral da Rhodia na China e membro honorário da Associação Nacional de Terras Raras da China, instituição que coordena a política de terras raras daquele país. O ex-CEO Luciano Borges assumiu a vice-presidência executiva, respondendo pelas relações institucionais, além da supervisão administrativa e dos processos de licenciamento ambiental e mineral.

Da mesma forma que a Serra Verde representa uma nova fase para a indústria brasileira de Terras Raras, que praticamente desapareceu em meados da década de 1980, esse novo time representa uma nova fase para o Projeto Serra Verde, como explica seu presidente, na entrevista a seguir.

BRASIL MINERAL - Quais foram os principais motivos que levaram a empresa a apostar no projeto?

ERIC NOYREZ - Em primeiro lugar, a qualidade do depósito mineral e a facilidade de se extrair as Terras Raras, por meio de um processo totalmente comprovado e de ambientalmente sustentável.

BM - Como está o cronograma de implantação do empreendimento?

NOYREZ - O cronograma inicial previa o início da produção para 2017. A extensão dos estudos ambientais, a par da delegação de competência do licenciamento ambiental do IBAMA para a Secretaria de Meio Ambiente de Goiás- SECIMA, deu-nos segurança para atualizarmos nosso novo cronograma, que prevê iniciar a produção até, pelo menos, o início de 2021. Atualmente, nossos esforços estão concentrados no atendimento das exigências da Licença (ambiental) Prévia, assim como no desenvolvimento da Engenharia do Projeto, para o que contratamos o suporte de uma companhia de internacional, de classe mundial, que atua no Brasil.

BM - Quais são os principais diferenciais do projeto no segmento de terras raras?

NOYREZ - Nossos principais diferenciais são o tipo de mineralização e qualidade do minério (volume, teor e alta concentração de Terras Raras críticas e pesadas); a localização em um distrito mineiro tradicional, com boa infraestrutura e suporte da comunidade local e estadual; processo de tratamento em circuito fechado, com reciclagem total da água e dos reagentes empregados no processo, assegurando um baixíssimo impacto ambiental; e o suporte da comunidade; além da excelente qualidade do minério e da ausência de resíduos radioativos, comumente associados aos outros tipos de depósitos e minérios de terras

raras. Tudo isso coroado por uma melhoria de processo, que resultou em um processo inovador e eficiente, desenvolvido e testado dentro da própria empresa, por nossa equipe.

BM - Qual o volume de investimentos previstos, onde se darão os principais aportes e como a empresa está fazendo o funding?

NOYREZ - Até aqui, foram investidos em pesquisa mineral, estudos ambientais e desenvolvimento de processo cerca de US\$ 72 milhões. Para a fase de desenvolvimento e implantação, até o início da produção, estão programados mais US\$ 150 milhões. Todo o investimento se deu por meio de um fundo de investimento, sem endividamento, mediante “equity”, através de um fundo de investimentos especializado.

BM - Como a empresa pretende atuar no mercado de terras raras e quais são suas vantagens competitivas?

NOYREZ - O mercado vem crescendo em um ritmo superior à capacidade de oferta dos recursos disponíveis. As Terras Raras são usadas para suprir as necessidades de demandas tecnológicas tradicionais (limpeza de emissões automotivas, crackeamento e refino de petróleo, equipamentos de imageamento médico etc.), porém muito mais intensamente nas principais tecnologias avançadas em ascensão, como motorização de veículos híbridos e elétricos, smartphones, turbinas eólicas para produção de energia elétrica, produção de super-ímãs para aplicações diversas, etc). A estratégia da companhia inclui a celebração de contratos de off-take, de longo prazo, com alguns clientes estratégicos, selecionados entre os principais provedores de soluções tecnológicas e produtos que compõe o segmento “downstream” da cadeia econômica global de terras raras.

Nosso depósito mineral e nosso processo nos permitem competir, em pé de igualdade, com os custos dos melhores e mais competitivos fornecedores do mercado atual, e mantermos um projeto sustentável tanto em termos da produção inicial, quanto sob ponto de vista de todo o ciclo de vida da nossa mina.

BM - Como analisa as condições do Brasil para um projeto desse tipo?

NOYREZ - Primeiramente, o Brasil é o quarto maior produtor mundial de bens minerais e, como tal, possui um elevado nível de compreensão e de práticas de gestão relacionados à indústria mineral. Se de um lado há um elevado nível de exigências legais e regulatórias, de outro há um forte suporte político-social aos projetos de alta qualidade, como, por exemplo, clareza e estabilidade das regras aplicadas à gestão dos direitos minerários, características que representam uma barreira de entrada significativa, mas que nós apreciamos e valorizamos, em razão dos valores e das práticas que norteiam nossa filosofia empresarial.

Nossa equipe, bastante experiente tanto no desenvolvimento e implementação quanto na operação de empreendimentos mineiros, sempre construiu projetos melhores e maiores do que o padrão médio mundial, empregando os melhores processos disponíveis e as técnicas de produção mais “limpas” e sustentáveis. E essa tem sido a principal razão do nosso sucesso no segmento em que operamos, já há algumas décadas.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 05/07/2018



TESTES DE LIXIVIAÇÃO MOSTRAM ROTAS PARA NÍQUEL DE ITAPITANGA

O primeiro trabalho de teste de lixiviação em escala de bancada concluído com material da mineralização de alto teor de cobalto-níquel do projeto Itapitanga no Pará, da Centaurus Metals, apresentou excelentes resultados para lixiviação ácida sob alta pressão (HPAL) e lixiviação atmosférica, diz a empresa

Usando o método HPAL, obteve-se uma recuperação de 98% de níquel, 94% de cobalto e 99% de escândio. No caso da lixiviação atmosférica, com ácido clorídrico (HCl), o resultado foi a extração de 99% de níquel, 99% de cobalto e 94% de escândio; e com ácido sulfúrico (H₂SO₄), houve extração de 98% de níquel, 97% de cobalto e 96% de escândio, um elemento de terras-raras. O preço do escândio ultrapassa US\$ 3,6 mil por quilo;

"Os resultados demonstram que os processos de HPAL e de lixiviação atmosférica são fortes opções de rota de processo para a empresa quando se considera o desenvolvimento futuro do projeto", diz a mineradora australiana em nota divulgada hoje (10).

O diretor executivo da Centaurus, Darren Gordon, disse que os resultados iniciais da lixiviação foram excelentes, com recuperações muito altas alcançadas para níquel e cobalto. "Estes são excelentes resultados metalúrgicos que demonstram que o material de Itapitanga pode ser lixiviado com sucesso usando uma variedade de rotas de processos diferentes para entregar + 98% de recuperações de níquel e recuperações muito altas de cobalto", disse ele, em nota.

A área do projeto Itapitanga, no Pará, fica a apenas 15 quilômetros do depósito de níquel e cobalto Jacaré, da Anglo American. Os resultados das sondagens recebidos até hoje de Itapitanga demonstraram que a descoberta hospeda mineralização de níquel-cobalto de alta espessura, com interseções de 24 metros com 0,94% Ni e 0,08% Co e 10 metros com 1,03% Ni e 0,21% Co.

De acordo com a mineradora, a sondagem de circulação reversa continua a avançar com a próxima rodada de resultados do ensaio sendo esperada para as próximas semanas.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 10/07/2018



MINISTÉRIO CHINÊS ALERTA SOBRE DEPENDÊNCIA DE IMPORTAÇÕES DE MINERAIS ESTRATÉGICOS

A China permanece fortemente dependente das importações de petróleo, metais pesados e outros minerais, enquanto o crescimento das reservas domésticas diminuiu, disse o Ministério de Recursos Naturais nesta terça-feira.

O petróleo bruto importado atingiu 67 por cento das necessidades da China em 2017, disse Ju Jianhua, funcionário do ministério, de acordo com uma transcrição de uma coletiva publicada no site da pasta. Ele não forneceu números para um ano antes.

O nível de dependência das importações de outros minerais foi de 72 por cento para o níquel, 73 por cento para o minério de ferro e cobre, 75 por cento para o lítio, 79 por cento para o ouro e 90 por cento para o cobalto.

“A China já superou os Estados Unidos como o maior importador mundial de petróleo bruto, e a dependência externa (em) cobalto, níquel e lítio necessários para o desenvolvimento de indústrias emergentes estratégicas é muito alta”, disse Ju.

O níquel, o lítio e o cobalto são vitais para a fabricação de baterias recarregáveis, um setor que a China pretende liderar em meio a um boom de veículos elétricos.

As reservas próprias de lítio do país aumentaram em 0,6 por cento e as de cobalto em 2,3 por cento no ano passado, disse o ministério.

Fonte: Reuters

Data: 10/07/2018



BRAZILIAN NICKEL QUER CAPTAR US\$ 30 MI PARA PROJETO DE NÍQUEL NO PIAUÍ

A Brazilian Nickel busca levantar US\$ 30 milhões com uma oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) no mercado secundário de Londres, no final deste mês, e colocará o dinheiro em um estudo de viabilidade definitivo para o projeto Piauí Níquel, que espera colocar em produção até 2021

Apesar de ser usado principalmente na fabricação de aço inoxidável, o níquel é utilizado em baterias para veículos elétricos (VE) e acredita-se que a demanda superará a oferta nos próximos anos, à medida que automotoras aumentam a produção de carros da próxima geração.

Cerca de US\$ 85 milhões já foram gastos no desenvolvimento do projeto no nordeste do Brasil, sendo que a maior parte foi despesa do proprietário anterior, a mineradora Vale.

Acredita-se que o empreendimento possa produzir anualmente cerca de 25.000 toneladas de níquel e 900 toneladas de cobalto, outro metal com alta demanda por baterias, mas com oferta limitada. O CEO Mike Oxley disse que é o "momento certo" para levar a mina ao mercado depois de cinco anos de desenvolvimento.

"O projeto está alinhado para a produção no momento em que as coisas começarem a ficar interessantes na área", disse ele, segundo o jornal britânico The Telegraph. O níquel subiu 10% no ano até o momento, tornando-se um dos poucos metais em território positivo.

O setor está enfrentando um "déficit estrutural", disse Oxley, já que o baixo investimento em minas estava começando a ser sentido. A empresa primeiro construirá uma pequena planta de processamento antes de procurar financiar o custo total de US\$ 465 milhões da mina por meio de dívida e ações.

A empresa de royalties de mineração listada em Londres, Anglo Pacific, concordou em investir US\$ 70 milhões em custos de desenvolvimento. A Brazilian Nickel também assinou um acordo de offtake, um tipo de venda antecipada do metal, com a trader de metais Traxys, que contribuirá com US\$ 15 milhões. O CEO disse que esses acordos são uma "validação" da força de seus ativos.

A Brazilian Níquel também está em negociações com quatro empresas sobre novos negócios de fornecimento quando a mina estiver em produção. "Aqueles que precisam de níquel precisam pensar em

como eles vão obtê-lo", disse Oxley. "Gostaríamos de construir relacionamentos com fabricantes de automóveis e de baterias de íons de lítio", declarou.

Isto poderia resultar em novas parceiras e empresas que vão contribuir para os investimentos de capital na mina, acrescentou. A empresa espera ter um free float, número de ações disponíveis para negociação em bolsa, de cerca de 25% quando for listada no final deste mês.

Cerca de 45% da empresa é de propriedade da administração, ou seja, conselheiros e diretores, e 30% de um rico investidor brasileiro. A empresa está sendo assessorada pela SP Angel, Shore Capital e Peel Hunt.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 09/07/2018



MINERALIZATION AT BRAZIL PROJECT LIKELY LARGER THAN ENVISAGED

Auger drill results better define target trends and support that notion

Cabral Gold Inc. (CBR:TSX.V; CBGZF:OTC.MKTS) announced that ongoing auger drilling and pitting on the Central/Pau de Merenda target of the Cuiu Cuiu project in Brazil initially showed "highly anomalous results in both gold counts and geochemical analyses," according to the news release. Pau de Merenda sits along trend, 3 kilometers (3 km) northwest of the Central deposit.

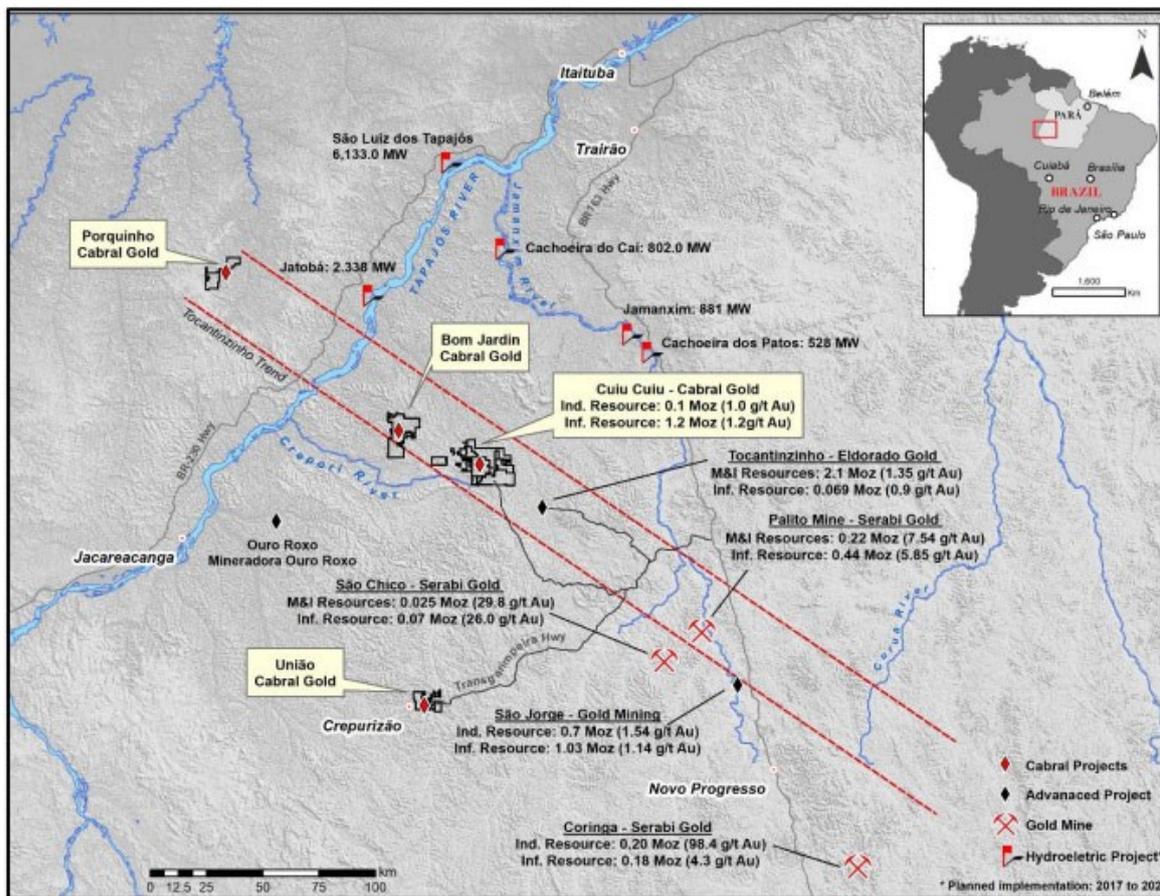
The auger results, Cabral's president and CEO Alan Carter said, "are very compelling and strongly suggest the presence of a significantly larger area of gold mineralization than is suggested by the current resource at Central."

Split samples were taken at the target from the top few meters of the saprolite, or weathered bedrock, which deep soil covers in some areas and an alluvial sequence shields in others, potentially masking underlying gold.

Geochemical analysis of these samples revealed a mineralized corridor that extends 4-plus km from northwest to southeast, "essentially connecting" the Central deposit and the Pau de Merenda target, and is open along strike, the news release noted. "Results are currently pending on a series of trenches testing parts of this mineralized corridor where artisanal working have exposed the top of the saprolite below the cover sequence."

Individual samples returned gold grades as high as 18.7 grams per ton. Gold counts exceeded 100 per local sample, according to the news release.

Testing of smaller split samples suggested the presence of a narrower anomalous zone and supported the 4-plus km long trend, the company noted. Cabral will continue evaluating new prospects, prioritizing drill targets and expanding the current resource. Further trenching and channel sampling are in progress.



Cabral Gold Project Map

Fonte: Streetwise Reports

Data: 07/07/2018

Bloomberg

BHP E RIO TINTO SUPOORTARIAM CHOQUE DA CHINA, SEGUNDO S&P

Essa é a pergunta que os investidores em commodities temem: o que aconteceria se a China desacelerasse e os preços caíssem? A S&P Global Ratings analisou os números exatamente para esse cenário e descobriu que as cinco maiores mineradoras do mundo, incluindo Glencore e BHP Billiton, conseguiriam sobreviver sem cortes de classificação.

Considerando que mais cedo ou mais tarde os preços “perderão força”, a S&P modelou uma queda de um ano provocada por um choque repentino na demanda chinesa “porque esta é uma das causas mais prováveis de queda”, afirmou a agência em nota. O teste, que também englobou Rio Tinto, Anglo American e Vale, apontou que “será preciso mais do que um choque de preços para afetar os balanços das cinco grandes”.

As maiores mineradoras do mundo foram severamente testadas na última grande queda dos preços de materiais, que atingiu o ponto máximo no último trimestre de 2015, quando os investidores temiam o impacto de uma desaceleração da China e, no caso do minério de ferro, uma oferta cada vez maior. As produtoras responderam cortando custos, racionalizando portfólios e reduzindo dívidas. A S&P afirmou que o hipotético colapso do mercado foi modelado usando preços 10% inferiores aos atingidos naquele trimestre.

“As grandes mineradoras estão bem posicionadas para absorver um possível choque externo após concluírem seus planos de redução da dívida apoiadas por um compromisso atualmente baixo com o crescimento das despesas de capital”, afirmou a S&P. A desalavancagem e as “políticas financeiras flexíveis devem torná-las resilientes não apenas à ciclicidade normal do setor, mas também a um estresse mais severo”.

A agência somou advertências duplas às suas descobertas. Primeiro, os resultados dos testes de estresse não puderam ser aplicados às produtoras menores. E, segundo, o estudo não se baseou em uma tentativa de modelar uma guerra comercial completa e mundial, nem os caminhos que poderiam levar a esse tipo de confronto.

Se uma crise na China não for suficiente para forçar rebaixamentos, o que seria? “A resposta simples é um desvio de suas atuais políticas financeiras, especialmente em conjunto com uma queda significativa dos preços”, afirmou a agência, listando riscos como aquisições oportunistas. “No entanto, atualmente não prevemos que as mineradoras venham a adotar medidas do tipo, dadas as lições aprendidas na última recessão.”

No último trimestre de 2015, os preços das matérias-primas foram submetidos a pressões extremas devido à preocupação com uma desaceleração da China, maior usuária de metais e maior importadora de minério de ferro. A matéria-prima usada na fabricação do aço — que atualmente é negociada a US\$ 63,25 a tonelada — caiu para menos de US\$ 40 naquele período de três meses.



Fonte: Bloomberg
Autora: Krystal Chia
Data: 10/07/2018



PARISITA- (La) – RECONHECIDO NOVO MINERAL DESCOBERTO NA CHAPADA DIAMANTINA (BA)

Com alguma frequência, as pessoas gostam de utilizar o termo “década perdida” para descrever um período difícil da vida, sendo usual enfatizar a economia ou determinada política de um país. No entanto, é bastante gratificante quando se pode dizer o oposto, sublinhando uma década de conquistas.

A descoberta de um novo mineral no Brasil, designado parisita-(La) ($\text{CaLa}_2(\text{CO}_3)_3\text{F}_2$), foi finalmente reconhecida após decorridos cerca de dez anos desde a aquisição das amostras para estudo. O artigo que valida a descoberta desse novo mineral, um fluorcarbonato encontrado no Brasil e que contém em sua composição os elementos “terras raras” (neste caso lantânio predominantemente), cujas aplicações vão desde a fabricação de componentes dos “smartphones” até o processo de refino de petróleo para a produção de gasolina, foi publicado este ano em uma das revistas científicas mais importantes do mundo – Mineralogical Magazine -, editada pela Cambridge University Press, no Reino Unido, que aborda diversos campos da pesquisa, como, por exemplo, os resultados obtidos nas áreas de cristalografia e mineralogia.

Financiado pela FAPESP, CNPq E FINEP, este trabalho de pesquisa é fruto da colaboração de pesquisadores oriundos de universidades de três países: Brasil (Instituto de Física de São Carlos/USP, Instituto de Geociências/USP, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Estados Unidos (University of Arizona); e Rússia (Russian Academy of Sciences, Moscow State University).

O Dr. Marcelo Barbosa de Andrade, pesquisador do IFSC/USP e simultaneamente Pesquisador Associado da Universidade do Arizona, é um dos membros que integram o citado grupo de pesquisa e salienta que antes de se avaliar o valor econômico de um mineral é importante investigar as rochas onde ele se localiza, sua composição química, estrutura cristalina e, conseqüentemente, suas propriedades físicas e químicas. Segundo o pesquisador, essas informações são fundamentais na escolha das estratégias de extração e beneficiamento que serão utilizadas pelas empresas do setor de mineração, até porque “ (...) é bom não depender exclusivamente das exportações chinesas, que hoje são responsáveis por mais de 90% das exportações mundiais de elementos terras raras”.

A história da descoberta da “parisita” começa em um dos lugares mais bonitos e surpreendentes da Colômbia – Muzo -, a cerca de 100 km de Bogotá, também conhecida por “Terra das Esmeraldas”. Essas pedras preciosas colombianas sempre fascinaram as cortes europeias desde o século XVI, com a chegada dos espanhóis às Américas.

Já no Século XIX, foi exatamente em uma das minas de Muzo que o mineral “parisita” foi encontrado pela primeira vez. Infelizmente, na época, não foi possível caracterizar completamente esse mineral devido às limitações técnicas. O nome “parisita” foi dado em homenagem à J.J. Paris, responsável por uma mina de esmeraldas localizada na região de Muzo, tendo o mineral sido descrito em 1845, pelo professor Bunsen, sob o título “Ueber den Parisit, ein neues Cerfossil”, na revista Annalen der Chemie und Pharmacie. “A espécie mineral encontrada na Colômbia, hoje é oficialmente aceita pela Associação Mineralógica Internacional como sendo parisita-(Ce). Este mineral difere da espécie brasileira por ter Ce como o elemento terra-rara predominante. Somente em 1953, Donnay publicou os primeiros estudos por difração de raios X da estrutura cristalina da “parisita” na revista American Mineralogist. Os cristais são piramidais”.

Marcelo Barbosa recorda como foi a primeira vez que se deparou com o novo mineral: “Foi através da investigação de uma amostra de mão. Imagine o desafio! Como discernir a região da amostra onde encontrar a espécie mineral? Como analisá-la e preservá-la para estudos posteriores? O pesquisador

Luiz A. D. Menezes Filho foi o precursor desse trabalho. Nós nos encontramos na cidade de Tucson, no campus da Universidade do Arizona, e investigamos juntos muitos minerais que ele havia trazido do Brasil desde o primeiro dia. Engenheiro de Minas formado pela Escola Politécnica da USP e homenageado com o nome de um mineral, menezesita, Luiz Menezes era um grande investigador de minerais, Marcelo Barbosa recorda como foi a primeira vez que se deparou com o novo mineral: “Foi através da investigação de uma amostra de mão. Imagine o desafio! Como discernir a região da amostra onde encontrar a espécie mineral? Como analisá-la e preservá-la para estudos posteriores? O pesquisador Luiz A. D. Menezes Filho foi o precursor desse trabalho. Nós nos encontramos na cidade de Tucson, no campus da Universidade do Arizona, e investigamos juntos muitos minerais que ele havia trazido do Brasil desde o primeiro dia. Engenheiro de Minas formado pela Escola Politécnica da USP e homenageado com o nome de um mineral, menezesita, Luiz Menezes era um grande investigador de minerais, fazia doutorado com o Dr. Mario Chaves na UFMG e era co-orientado pelo Dr. Robert Downs, da Universidade do Arizona. Luiz havia se deparado com o lote que continha o novo mineral em 2009, numa das melhores feiras de minerais do Brasil, na cidade de Teófilo Otoni (MG), lote esse oriundo da cidade de Novo Horizonte (BA), em plena área da Chapada Diamantina, onde se pode encontrar o “Cabelo de Vênus” – um quartzo com inclusões douradas em forma de agulhas, que nada mais são do que rutilo. Quando fui analisar as amostras, a composição química já havia sido investigada preliminarmente com microscópio eletrônico de varredura na UFMG e por difração de raios X, por pó, pelo Dr. Daniel Atencio, do IGC-USP. Na Universidade do Arizona realizei outras análises, utilizando Espectroscopia Raman e microsonda eletrônica. Infelizmente, Luiz Menezes falece em 2014, deixando-nos a missão de continuar seu trabalho de caracterização do novo mineral. O Dr. Ricardo Scholz, da UFOP, eu e o Dr. Daniel Atencio, recebemos mais amostras do novo mineral, que se encontravam em poder do irmão e da esposa de Luiz Menezes. Ao final, a amostra-tipo do novo mineral foi registrada e preservada no Museu de Geociências da USP e no Arizona Mineral Museum”, comenta Marcelo.

Na foto abaixo é exibida uma drusa onde se pode observar, além da parisita-La, outros minerais, como, por exemplo, monazita- (La), bastnaesita- (La) e rabdofânio- (La).



A importância das “terras raras”

Marcelo Barbosa sublinha que os elementos “terras raras” são estratégicos para a sociedade do século XXI devido a sua utilização em dispositivos de alta tecnologia, como ímãs permanentes e turbinas eólicas. “Inclusive, eu e o Dr. Daniel Atencio, do Instituto de Geociências, fazemos parte de um projeto Temático designado “SOS RARE” financiado pela FAPESP e pelo Reino Unido sobre o tema.

O grupo das terras raras é formado por 17 elementos químicos que incluem o ítrio, o escândio, o lantânio e o lutécio, entre outros, nunca são encontrados de forma pura na natureza e sim em minerais havendo, por isso, um alto custo para extraí-los”.

A aprovação de um novo mineral requer a elaboração de uma proposta que deve ser submetida a Associação Mineralógica Internacional (IMA) e aprovada por 2/3 dos membros da Comissão de Novos Minerais, Nomenclatura e Classificação (CNMNC). Descrição da ocorrência, composição química, dados cristalográficos, espectro característico e propriedades físicas são apenas alguns dos itens que são analisados antes de qualquer aprovação e publicação. Daí que o reconhecimento oficial da parisita-(La) seja extremamente importante para o nosso país, atendendo a que o Brasil possui reduzido número de minerais nacionais aprovados, 74, oficialmente pela Associação Mineralógica Internacional e precisa explorar novas fronteiras de ocorrências de minerais terras raras.

Fonte: IFSC/USP

Data: 21/07/2018



PRODUÇÃO DE VANÁDIO NA BAHIA SOBE 13% NO TRIMESTRE

A Largo Resources atingiu um novo recorde de produção média diária de 29,4 toneladas de pentóxido de vanádio (V2O5) em junho. A produção total no segundo trimestre de 2018 foi de 2.458 toneladas de V2O5 em flocos, um aumento de 13% em relação ao segundo trimestre de 2017 e um aumento de 11% em relação ao trimestre anterior. A empresa controla a mineradora Vanádio Maracás, que fica na Bahia

A média geral das taxas de recuperação de V2O5 no segundo trimestre de 2018 foi de 79,2%, representando um aumento de 6,6% em relação ao segundo trimestre de 2017 e um aumento de 4,3% em relação ao primeiro trimestre de 2018.

"A mina Maracás Menchen continuou a fornecer resultados de produção sólidos no segundo trimestre de 2018, representando uma melhoria consistente em relação ao primeiro trimestre de 2018. Embora a produção no mês de maio tenha sido levemente impactada pela greve dos caminhoneiros em todo o país, nossa equipe foi capaz de aproveitar o tempo de inatividade para concluir a manutenção em toda a planta", disse Mark Smith, presidente e CEO da Largo.

O total de concentrado produzido no segundo trimestre de 2018 foi de 85.639 toneladas, em comparação com 88.186 no segundo trimestre de 2017, representando uma queda de 2,9%. Enquanto que o teor de vanádio no concentrado, de abril a junho, foi de 3,37%, percentual superior ao registrado no segundo trimestre de 2017, que foi de 3,28%, mas inferior ao do trimestre imediatamente anterior, de 3,56%.

"Os preços da V2O5 continuaram subindo com a última faixa de preço do European Metal Bulletin, registrada na semana de 6 de julho, de US\$ 18,50 a 19,00 por libra, o que nos coloca em uma boa posição inicial para o terceiro trimestre. Continuamos muito otimistas para o próximo ano, quando a companhia inicia a fase de construção da expansão da mina em Maracás, que aumentará a capacidade da mina de um total de 800 toneladas produzidas por mês de V2O5 para 1.000", afirmou Smith em nota.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 10/07/2018



GRUPO VOTORANTIM, QUE NASCEU E SE EXPANDIU NA REGIÃO, FAZ 100 ANOS

No ano do centenário de uma das maiores companhias privadas brasileiras, a Votorantim S.A., ou Grupo Votorantim, continua presente na região de Sorocaba, onde a empresa nasceu e se expandiu. O portfólio diversificado de negócios inclui empresas que atuam nas áreas de cimento, concreto e agregados (Votorantim Cimentos), mineração e metalurgia (Nexa, ex-Votorantim Metais), alumínio (CBA), energia (Votorantim Energia), aços longos (na Argentina e Colômbia), celulose (Fibria), laranja (Citrosuco) e financeiro (Banco Votorantim).

As unidades instaladas em municípios próximos à Sorocaba continuam contribuindo com o desenvolvimento econômico e social da região. Entre elas, as fábricas de cimento em Votorantim e Salto de Pirapora atualmente tem capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas por ano cada uma.

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que motivou o nome do município onde está instalada, é outro grande negócio de indústria mineradora da Votorantim na região de Sorocaba. A capacidade de produção da CBA é de 440 mil toneladas por ano de alumínio primário.

Em 2017, a Votorantim S.A. registrou lucro líquido de R\$ 810 milhões. A receita líquida cresceu 5% na comparação com 2016, totalizando R\$ 27,2 bilhões e o Ebitda ajustado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R\$ 4,8 bilhões.

A história da empresa Votorantim começou em 9 de janeiro de 1918, quando o empreendedor português Antonio Pereira Ignácio comprou a massa falida do Banco União. Dentre as propriedades adquiridas, havia a Fábrica de Tecidos Votorantim, no atual município de Votorantim, cuja área pertencia a Sorocaba na época.

Após ter adquirido a massa falida do banco, a Votorantim passou a contar com os seguintes negócios: a Fábrica de Tecidos Votorantim e seus ativos como máquinas, teares, terrenos, serraria, usina hidrelétrica, entre outros; a Estrada de Ferro Elétrica Votorantim, suas estações, material fixo e rodante; terrenos em São Paulo e Paraná; caieira de Itupararanga, onde era produzido cal para construção, com seus terrenos e fornos.

Antonio Pereira Ignácio já possuía a Pereira Ignácio & Cia e, ao comprar a massa falida do banco, uniu os ativos da empresa com as novas aquisições. A antiga empresa do fundador da Votorantim era formada pela Fábrica de Cimentos Rodovalho, além de descaroçadores de algodão, que se juntaram às atividades da fábrica de tecidos. Em 1918, a Fábrica de Tecidos Votorantim empregava aproximadamente 1.500 operários.

O pernambucano José Ermírio de Moraes iniciou uma nova fase de expansão do grupo empresarial ao se casar com a filha do fundador da Votorantim. A partir de 1925 ele passou a trabalhar na empresa do sogro, tornando-se um dos principais nomes e responsáveis pelo desenvolvimento dos negócios da família.

Por influência de José Ermírio (que dá nome à rodovia SP-75, em Sorocaba), a empresa começa a investir em outros setores, para suprir a necessidade do Brasil de uma indústria de base. Na década de 1930, são inauguradas a Companhia Nitro Química Brasileira, em São Paulo, a Siderúrgica Barra Mansa, no Rio de Janeiro, e a primeira fábrica de cimento construída pela Votorantim, a Fábrica de Cimento Santa Helena.

Em 1955, a Votorantim inaugura a CBA, a primeira indústria integrada de alumínio do Brasil. Em paralelo à construção da CBA, a Votorantim começa a construir as usinas que integram o complexo no rio

Juquiá, que levou à preservação das matas e das nascentes dos rios, onde hoje atualmente existe o Legado das Águas, a maior reserva privada de mata atlântica do País, com 31 mil hectares.

Esse período é marcado pela terceira geração da família acionista nos negócios: os irmãos José Ermírio de Moraes Filho, Antônio Ermírio de Moraes, Ermírio Pereira de Moraes e Clovis Scipilliti, casado com Helena Moraes.

Nos anos 80, a empresa seguiu diversificando seus negócios e entrou nos setores de celulose e de suco de laranja. Foi também nessa década que a companhia começa a atuar no setor financeiro, em 1988, com uma distribuidora de títulos e valores mobiliários que daria origem ao Banco Votorantim, criado em 1991.

A CBA começou sua operação em 1955 com mil empregados uma capacidade produtiva de 10 mil toneladas por ano de alumínio primário. A empresa é a maior da cidade de Alumínio e representa a maior contribuição para a receita do município. Também faz com que o município seja um dos maiores consumidores de energia elétrica no Estado de São Paulo, por causa do uso no processo de produção do metal.

A CBA conta com 4.970 empregados, divididos entre as 11 unidades. Além da fábrica, em Alumínio, a CBA está presente nos municípios de Mirai (MG), Itamarati de Minas (MG), Poços de Caldas (MG), Niquelândia (GO), São Miguel Paulista (SP), Araçariquama (SP) e Sorocaba. A empresa conta com um escritório central, na cidade de São Paulo e dois centros de distribuição, um no Rio de Janeiro (RJ) e outro em Caxias do Sul (RS).

A capacidade produtiva da empresa é de 440 mil toneladas por ano de alumínio primário, além de ter uma capacidade de produção em torno de 150 mil toneladas por ano de produtos transformados (folhas, chapas e perfis) e uma capacidade em torno de 70 mil toneladas por ano de tarugos na Metalex em Araçariquama, onde boa parte do metal é de reciclagem.

Em 2017, a empresa produziu 355 mil toneladas de alumínio primário na fábrica em Alumínio e 62 mil toneladas de tarugos na Metalex. Em 2018, a fábrica de Alumínio completou 63 anos.

A partir de 2001 tem início a internacionalização da companhia, com a aquisição da cimenteira Saint Marys, no Canadá. Em 2012, nasce o Legado das Águas (Reserva Votorantim).

Em 2017, a Votorantim deu um passo importante em direção à diversificação de sua matriz energética e à geração de energia limpa, com a entrada na área de geração de energia eólica, no Piauí. Com investimento de mais de R\$ 1 bilhão, foram construídos sete parques eólicos com um total de 98 aerogeradores.

Atualmente a Votorantim S.A. atua em 20 países e no ano passado empregava mais de 40 mil pessoas diretamente e mais de 20 mil contratadas de terceiros, em 536 unidades operacionais e administrativas espalhadas pelo mundo.

Instalada no município de Votorantim desde 1933, a Votorantim Cimentos contribui há mais de 80 anos para o desenvolvimento da cidade. Antes da fundação da fábrica de Santa Helena, a incipiente produção ocorria na Fazenda Santo Antônio, em Mairinque. Conhecendo o potencial das jazidas de calcário na região, José Ermírio de Moraes -- que era engenheiro de minas -- comprou em 1933 um novo forno da dinamarquesa F.L. Smith, com capacidade de produção de 250 toneladas por dia, além de outros novos equipamentos.

Em paralelo, a unidade de Santa Helena começou a ser construída e a empresa ganhou sua primeira marca de cimento: Votoran. Finalizada em 1936, a unidade industrial participou de sua primeira grande obra em um marco do centro da cidade de São Paulo: o viaduto do Chá, remodelado em 1938.

Desde 2014, com a instalação de uma nova moagem, a capacidade de produção da unidade é de 2,5 milhões de toneladas de cimento por ano. A fábrica de Santa Helena possui 225 empregados.

A fábrica de Salto de Pirapora existe desde 1986 e emprega atualmente 289 trabalhadores. É uma das maiores e mais modernas do País, com capacidade instalada de 3 milhões de toneladas de cimento

por ano. A unidade também produz clínquer em grande escala. O clínquer é o cimento em fase inicial de fabricação, menos sensível à umidade. São 2,6 milhões de toneladas por ano.

A CBA começou sua operação em 1955 com mil empregados uma capacidade produtiva de 10 mil toneladas por ano de alumínio primário. A empresa é a maior da cidade de Alumínio e representa a maior contribuição para a receita do município. Também faz com que o município seja um dos maiores consumidores de energia elétrica no Estado de São Paulo, por causa do uso no processo de produção do metal.

A CBA conta com 4.970 empregados, divididos entre as 11 unidades. Além da fábrica, em Alumínio, a CBA está presente nos municípios de Mirai (MG), Itamarati de Minas (MG), Poços de Caldas (MG), Niquelândia (GO), São Miguel Paulista (SP), Araçariquama (SP) e Sorocaba. A empresa conta com um escritório central, na cidade de São Paulo e dois centros de distribuição, um no Rio de Janeiro (RJ) e outro em Caxias do Sul (RS).

A capacidade produtiva da empresa é de 440 mil toneladas por ano de alumínio primário, além de ter uma capacidade de produção em torno de 150 mil toneladas por ano de produtos transformados (folhas, chapas e perfis) e uma capacidade em torno de 70 mil toneladas por ano de tarugos na Metalex em Araçariquama, onde boa parte do metal é de reciclagem.

Em 2017, a empresa produziu 355 mil toneladas de alumínio primário na fábrica em Alumínio e 62 mil toneladas de tarugos na Metalex. Em 2018, a fábrica de Alumínio completou 63 anos.

Fonte: Cruzeiro do Sul

Autora: Ana Cláudia Martins

Data: 08/07/2018



ANM PRECISA REGULAMENTAR USO DE REJEITO E ESTÉRIL POR MINERADORAS

Cabe ao diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sucedido pela Agência Nacional de Mineração (ANM), normatizar o reaproveitamento de rejeitos de mineração depositados fora da poligonal do título de lavra, diz novo parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) divulgado na sexta-feira (6) pela ANM

Segundo Renato Mascarenhas, do escritório Grebler Advogados, o tema do reaproveitamento econômico dos rejeitos, estéreis e resíduos da mineração vem se tornando cada vez mais relevante para a indústria mineral. "A evolução das tecnologias tem proporcionado a possibilidade de reprocessamento daqueles materiais que antes eram descartados no processo industrial.

Essa nova atividade tem suscitado diversas indagações jurídicas, uma vez que não há regulamentação específica a esse respeito", diz ele em e-mail para o Notícias de Mineração Brasil (NMB).

Mascarenhas diz que a Constituição Federal, no artigo 176, garante ao minerador a propriedade do "produto da lavra", por outro lado, há dúvida se o material descartado durante o processo de mineração poderia ser enquadrado dentro desse conceito, na medida em que não seja destinado à exploração comercial, pelo menos no momento da lavra.

De acordo com o parecer, "a legislação minerária em vigor não traz qualquer disposição expressa sobre o domínio dos rejeitos tampouco o regime jurídico para o seu reaproveitamento econômico", além disse rejeitos e estéreis não são "necessariamente" bens da União.

Mascarenhas explica que os casos que têm gerado controvérsia são aqueles em que o rejeito e o estéril são depositados fora do polígono dos direitos minerários.

"Por meio do Parecer 46/2012, o DNPM, inicialmente, entendeu que o rejeito e o estéril da mineração não são de propriedade do minerador, agregando-se ao solo onde foram depositados e submetendo-se, em consequência, ao regime jurídico da propriedade comum do solo (art. 1230 do Código Civil e 84 do Código de Mineração), sendo vedado o aproveitamento econômico, leia-se, separação e comercialização, dos minerais eventualmente existentes no material descartado como rejeito ou estéril", afirma o advogado.

"Posteriormente, por meio do Parecer 246/2017, complementado pela Nota 243/2018 divulgada em 4/6/2018, o DNPM passou a adotar o entendimento de que o rejeito, o estéril e outros resíduos resultantes de atividade minerária, ainda que depositados em pilhas e barragens situadas fora do polígono do título minerário, constituem parte integrante da mina por se tratarem de servidões indispensáveis ao exercício da lavra (art. 6º, parágrafo único, alínea 'b' e art. 59 do Código de Mineração)", diz ele.

E o advogado conclui que "de acordo com o parecer, seria possível o reaproveitamento econômico desses materiais, ainda que localizados fora do polígono dos direitos minerários", uma vez que o novo Regulamento do Código de Mineração também passou a incluir na definição de atividade de mineração "o aproveitamento de rejeitos e estéreis", nos artigos 5º e 10º.

"Esse novo posicionamento do DNPM, tem o potencial de suscitar novas disputas sobre titularidade de áreas de mineração, por exemplo, na hipótese de já haver título minerário de terceiro recobrando áreas localizadas onde os rejeitos e estéreis foram descartados", declara Mascarenhas.

Por outro lado, diz ele, a visão de que as áreas de servidão minerária constituem partes integrantes da mina, proporciona maior segurança jurídica ao minerador que, por exemplo, possui barragem de rejeitos localizada fora dos limites de sua concessão mineral e que, "não obstante a extensão de sua responsabilidade civil e ambiental, pode se deparar com uma situação de terceiros realizando remoção de terras na área dessa barragem, com risco de comprometimento de sua estabilidade e o descontrole quanto ao seu adequado monitoramento".

"Conforme sugerido no próprio parecer, é fundamental que o DNPM fixe, mediante portaria, procedimentos, com critérios e prazos, inclusive para que os empreendimentos mineiros em operação se adequem à nova interpretação fixada, pleiteando, se for o caso, servidão minerária sobre os bota-foras situados fora do polígono do título de lavra", diz o advogado.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Alexildo Vaz

Data: 11/07/2018



SÃO PAULO É O QUARTO MAIOR ESTADO PRODUTOR DE BENS MINERAIS DO PAÍS EM 2017

Brita, areia, água mineral, calcário, argila e fosfato representam 95% da arrecadação da Cfem

A Secretaria de Energia e Mineração divulgou nesta quinta-feira, 5 de julho, o Informe Mineral do Estado de São Paulo 2018, ano base 2017. Segundo o estudo, o Estado se manteve como o quarto maior

produtor de bens minerais do Brasil. O ranking é elaborado de acordo com a arrecadação da Cfem – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

São Paulo arrecadou no ano passado R\$ 56,3 milhões, valor 2,5% inferior ao ano anterior. O setor de construção, responsável por 70% do total arrecadado, puxou a queda com a diminuição da produção de brita, areia, calcário e argila. A arrecadação deste ano não estará diretamente relacionada com os fatores de retomada econômica como explica o secretário de Energia e Mineração, João Carlos Meirelles. “Com a nova legislação da Cfem que alterou as alíquotas de incidência do recolhimento, a base de cálculo e a participação na distribuição entre estados e municípios, teremos um novo ciclo na arrecadação onde novos patamares serão definidos”.

O valor bruto das operações durante 2017 chegou a R\$ 3,2 bilhões em bens minerais faturados para diversas cadeias produtivas da indústria estadual. A produção de água mineral apresentou um crescimento de 22% na arrecadação da Cfem em relação a 2016, aumentando a sua participação na arrecadação global de 17% para 21%. A parte da arrecadação destinada ao Governo do Estado foi de R\$ 12,9 milhões, já os municípios paulistas produtores de bens minerais ficaram com R\$ 36,6 milhões. O governo federal ficou com R\$ 6,8.

O grupo formado por brita, areia, água mineral, calcário, argila e fosfato representam 95% da arrecadação ficando todos os demais bens minerais com 5%.

Cajati continua sendo o município que mais produz minerais no Estado de São Paulo. A cidade da região de Registro conta com a empresa Vale que tem capacidade produtiva de fosfato bicálcico de 635 mil toneladas. Em segundo lugar aparece o município de São Paulo que produz brita e água mineral, seguido de Mogi das Cruzes que é um importante produtor de brita e areia.

Fonte: SEGS

Autor: Armando Junior

Data: 06/07/2018



NEXA RESOURCES BUSCA GERAÇÃO ZERO E FIM DAS BARRAGENS

Eliminar as barragens de rejeito e ter como meta a geração zero de resíduos. Esta é a política adotada pela Nexa Resources, único produtor brasileiro de zinco e um dos maiores produtores mundiais do metal. Segundo Ana Cláudia de Araújo Lima, gerente de Meio Ambiente da empresa, a gestão de resíduos é o carro-chefe da gestão ambiental e a companhia baliza suas ações nessa área “buscando a melhor eficiência operacional possível, de forma a se garantir que somente aquilo que realmente é resíduo seja descartado. Ou seja, buscamos a estabilidade dos processos operacionais a fim de evitar que o material vá parar numa barragem, por exemplo”.

Outra estratégia adotada é a busca de geração de valor com os resíduos, obtendo produtos a partir dos mesmos e desenvolvendo tecnologias que possibilitem sua aplicação. Um bom exemplo neste sentido, de acordo com Ana Cláudia, ocorre na unidade da Nexa Resources em Morro Agudo (MG), que produz concentrados de zinco e chumbo e que também passou a produzir calcário agrícola a partir dos rejeitos. “Foi um trabalho feito juntamente com a nossa área de tecnologia, para melhorar o processo operacional de forma a que se pudesse gerar o produto a partir do rejeito”, diz a gerente de Meio Ambiente, acrescentando que a empresa está constantemente estudando outras possibilidades nesse sentido, em todas as suas unidades. Hoje a unidade de Morro Agudo tem geração zero de rejeitos e, além disso, a empresa está aproveitando os rejeitos que estão acumulados na barragem de rejeito, que já não recebe mais material.

Ana Cláudia explica que, quando não é viável se ter a geração zero de resíduos, busca-se uma maneira de causar o menor impacto ambiental possível. “Podemos fazer isto evitando-se, por exemplo, uma barragem, assunto que ganhou bastante evidência mais recentemente. Assim, trabalhamos com as alternativas de tratamento e disposição de rejeitos”.

Na unidade de Vazante, também em Minas Gerais, está sendo desenvolvido o projeto chumbo-prata, que tem como principal objetivo estudar novas tecnologias e aplicações a partir dos rejeitos. Mas nem sempre isto é possível. Então o que se tem feito é buscar formas de causar o menor impacto ambiental possível. Já temos uma unidade no Peru, Cerro Lindo, onde a totalidade da disposição dos rejeitos é feita a seco. Este, segundo ela, é um caso de referência para a empresa, porque foi a primeira unidade da Nexa a usar essa tecnologia. “É a maior unidade do grupo, portanto tem muita importância. Para a disposição a seco o rejeito passa por filtragem antes da disposição, o que permite a recuperação da água, que retorna ao processo. O material, depois de filtrado em filtros-prensa, já com baixo teor de umidade, é disposto no depósito e em seguida compactado. No final se tem um depósito de rejeito a seco, com muito menos impacto ambiental. A grande vantagem é o reaproveitamento de toda a água, que é retirada no processo de filtragem e encaminhada para estações de tratamento e utilizada no processo de produção”, detalha. A unidade de Cerro Lindo atualmente apresenta um índice de recirculação de água da ordem de 91%, um número bastante significativo na indústria de mineração. Além da filtragem, toda a água de chuva que cai sobre as pilhas também é coletada e enviada a uma bacia de sedimentação, onde a água limpa é liberada e os sedimentos que foram arrastados pela chuva ficam contidos na bacia.

Em Vazante, onde está sendo aplicada tecnologia semelhante, a empresa ainda conta com barragem de rejeitos, mas a expectativa é que, até 2020, toda a operação passe a utilizar a disposição a seco. A barragem será mantida, porém apenas como válvula de escape no caso de emergências. Outro projeto da empresa no Brasil, em Aripuanã (MT), já está sendo desenhado com tecnologia similar à de Vazante. Lá não haverá barragem para disposição de rejeitos. No sistema de empilhamento a seco, as pilhas de rejeitos, depois de atingir sua capacidade máxima, são recuperadas. Aliás, a recuperação acontece já durante a sua formação: à medida que os patamares são liberados, já se inicia a recuperação, fazendo-se a revegetação, inclusive como medida de controle de erosão.

Além disso, sempre que possível a empresa tenta retornar com o rejeito para dentro da própria mina, “que é uma forma de não causar impacto”, conforme a gerente. “Esta solução já é adotada no Peru, nas minas de Cerro Lindo, Atacocha e El Porvenir. Aproximadamente 55% do rejeito gerado em Cerro Lindo retorna para dentro da mina. A mina de Aripuanã também já nasce com esse conceito. Então somente será preciso construir pilha para aquele rejeito que não pode ser retornado para a mina. É uma outra solução ambientalmente muito interessante, inclusive porque contribui para maior segurança da mina, servindo de suporte para o teto das galerias. Em Aripuanã 50% dos rejeitos voltarão para dentro da mina”, afirma.

Resíduos no processo

Outro trabalho importante feito pela empresa na área de resíduos é na unidade de Juiz de Fora, neste caso reciclando materiais produzidos por terceiros. Um exemplo é o pó de aciaria gerado pela indústria do aço, que é rico em zinco e que está sendo processado no forno da Nexa em Juiz de Fora, para aproveitamento do zinco. Como se trata de um resíduo perigoso, a reciclagem traz um grande benefício. Ana Cláudia informa que 20% do volume total de zinco processado na unidade em 2017 veio de reciclagem. A unidade também está processando as pilhas recolhidas pelos fabricantes, que são obrigados por lei a dar um fim adequado às mesmas.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Maio/Junho 2018 – Ano XXXV nº 381



ALERTA VERMELHA NO MUNDO: RESERVAS DE OURO ESTÃO SE ESGOTANDO?

Os multimilionários avisam que já não se descobrem grandes reservas de ouro. Um jornalista da edição Sovereign Man cita os especialistas nesta área, que asseguram que a população mundial ficará em breve sem este metal precioso.

O empresário, investidor e fundador da publicação Sovereign Man, Simon Black, coletou as opiniões de vários especialistas em mineração e concluiu que restam muito poucas reservas de ouro por descobrir.

Black cita o fundador da corporação Franco-Nevada, Pierre Lassonde, que afirmou: "Se olharmos para trás, para os anos 70, 80, 90, em cada década a indústria descobriu ao menos um depósito de ouro de 50 ou mais milhões de onças (1.417 milhões de toneladas), ao menos dez depósitos de ouro de 30 ou mais milhões de onças (850 milhões de toneladas) e inúmeros depósitos de cinco a dez milhões de onças (140-280 milhões de toneladas). Mas se nos focarmos nos últimos 15 anos, não encontramos nenhum depósito de 50 milhões de onças, nem um de 30 milhões, e só uns quantos depósitos de 15 milhões (425 milhões de toneladas)".

Segundo Black, Pierre Lassonde é um dos especialistas em mineração mais respeitados do mundo. De acordo com ele, há muitos outros multimilionários nesta esfera, incluindo o presidente da corporação canadense Seabridge Gold, Rudy Fronk.

"O pico do ouro é a nova realidade neste negócio", advertiu há um mês.

O empresário sul-africano Nick Holland lamentou: "Falávamos de que a produção aumentaria cada ano. Penso que estes dias já acabaram".

"As diminuições do nível de produção, além da falta de novos descobrimentos e prazos mais amplos para o desenvolvimento de projetos, não são muito otimistas para as perspectivas dos preços do ouro a médio e longo prazo", explica Kevin Dushnisky, presidente da corporação de Toronto Barrick Gold.

Entretanto, o magnata Ian Tefler, presidente da Goldcorp Inc., acentuou ainda mais este problema na sua entrevista para o diário Financial Post.

"Se pudesse dizer só uma frase sobre o negócio das minas de ouro, diria que na minha vida o ouro extraído das minas subiu constantemente durante 40 anos. Pode começar a cair neste ano, ou no ano que vem, ou já está caindo. [...] Vivemos agora o pico do ouro", constatou Telfer há um mês.

Há umas semanas, o preço do ouro nos EUA começou a diminuir devido ao crescimento inexplicável do dólar, diz-se no artigo.

Quando dez anos atrás surgiu o problema do "pico do petróleo", os analistas aceleraram a produção de outras formas de energia. Assim, foram desenvolvidas as indústrias de energia solar e eólica. Mas não existe material que possa substituir o ouro, conclui Black.

Fonte: Sputnik

Data: 14/07/2018

EXPOSIBRAM AMAZÔNIA 2018 É CANCELADA

Feira seria realizada em Belém (PA) no final do ano. Ibram alega incerteza de potenciais patrocinadores em investir no evento.

A 5ª edição da Exposibram Amazônia, programada para ocorrer entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro, foi cancelada. De acordo com nota divulgada nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), organizador do evento, cancelamento se deve, principalmente à conjuntura política econômica do país.

A decisão, segundo a entidade que representa as empresas do setor no Brasil, foi tomada no final de junho durante reunião do Conselho da Instituição, “em vista da incerteza demonstrada por potenciais patrocinadores e expositores em investir no evento, pelas razões anteriormente mencionadas”.

O Instituto ainda informou que antes de cancelar, reformatou o projeto do evento, reduziu as dimensões físicas, local, bem como sua programação, de modo a facilitar a adesão dos apoiadores.

“O Ibram sustenta que há perspectivas positivas de negócios no longo prazo no setor de mineração, porém, compreende a cautela demonstrada pelos empresários contatados pela organização”, informou, por meio de nota.

Para mais informações, o IBRAM recomenda o envio de mensagens para o e-mail da Secretaria do evento: exposibram@gigamkt.com.br.

Fonte: Mineração e Sustentabilidade

Autora: Sara Lira

Data: 12/07/2018



<http://15iagods.org/>